



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA REALIZADA NO DIA 05 DE NOVEMBRO DE 2009

ACTA Nº 02

Aos cinco dias do mês de Novembro de dois mil e nove, pelas 21,20 horas, no Auditório da Biblioteca Municipal em Palmela, realizou-se uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal do Município de Palmela, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Eleição de Presidente de Junta de Freguesia para representar o Município na ANMP – Associação Nacional dos Municípios Portugueses (1 Efectivo e 1 Suplente)

2 – Revisão do Regimento da Assembleia Municipal de Palmela – Eventual Constituição de Grupo de Trabalho

3 – Empréstimo bancário de médio e longo prazo, no valor de 6.055.000 € - alteração das cláusulas contratuais

A Mesa foi constituída pelo seu Presidente, Victor Manuel Barrocas Borrego e pelos Secretários Maria Antonieta Serrano Alves Sobral e Simplício Joaquim Guerra Piteira.

Feita a chamada verificou-se a falta de:

- Sr. Dr. Pedro Margarido do PSD

Presentes, em representação do Executivo Camarário:

- Sra. Presidente Dra. Ana Teresa Vicente
- Sr. Vereador Dr. Álvaro Amaro
- Sra. Vereadora Adília Candeias
- Sr. Vereador Dr. Adilo Costa
- Sr. Vereador Dr. Luis Calha



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

Iniciando os trabalhos, o **Sr. Presidente da Mesa** informa que:

- Sr. Dr. Pedro Margarido do PSD não pode estar presente sessão em virtude de, por motivos profissionais, se encontrar ausente no estrangeiro.

Solicita aprovação em minuta dos pontos que irão ser discutido, para poderem produzir efeitos imediatos.

Por se tratar de uma sessão extraordinária não haverá lugar à intervenção do público, pelo que de imediato dá início ao Período da Ordem do Dia.

1 – Eleição de Presidente de Junta de Freguesia para representar o Município na ANMP – Associação Nacional dos Municípios Portugueses (1 Efectivo e 1 Suplente)

Sr. Presidente da Mesa, informa que por solicitação da ANMP existe a necessidade de eleger um representante das Juntas de Freguesia do concelho, neste caso um membro efectivo e outro suplente, para representar o Município no Congresso que se irá realizar em Dezembro.

Neste sentido a Mesa propõe como:

Efectivo – Dr. Valentim Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo
Suplente – Manuel Lagarto, Presidente da Junta de Freguesia de Pinhal Novo

De imediato procedeu-se à votação, por escrutínio secreto, tendo sido obtido o seguinte resultado:

Efectivo – Valentim Pinto – 16 votos
Suplente – Manuel Lagarto – 15 votos
Efectivo – Fernanda Esfolá – 6 votos
Suplente – Fernanda Esfolá – 1 voto
Votos Brancos – 3

Deste modo o **Sr. Presidente da Mesa** informa que foram eleitos, como efectivo o Sr. Dr. Valentim Pinto e como suplente o Sr. Manuel Lagarto.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

2 – Revisão do Regimento da Assembleia Municipal de Palmela – Eventual Constituição de Grupo de Trabalho

Sr. Presidente da Mesa, refere que o Regimento agora apresentado é o que se encontra em vigor e que tem sido habitual em anteriores criar um Grupo de Trabalho que reunirá para analisar o documento e efectuar as alterações que sejam necessárias.

Neste sentido propõe a constituição de um Grupo de Trabalho com a participação de um elemento de cada força política e de si próprio. De imediato coloca a proposta à votação tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade, com 25 votos a favor (15 da CDU, 6 do PS, 1 do PSD, 2 do CDS/PP e 1 do BE).

Após indicação dos representantes das várias bancadas, e tendo em consideração que a bancada do PSD prescinde da sua representação, o Grupo de Trabalho para Revisão do Regimento terá a seguinte constituição:

- Domingos Rodrigues da CDU
- João Completo Costa do PS
- Francisco Piteira dos Santos do CDS/PP
- Arnaldo Pata do BE
- Presidente da Assembleia Municipal

A terminar informa que na próxima semana irá proceder à convocação dos membros indicados para uma primeira reunião, em data a agendar, a realizar nas instalações da Assembleia Municipal.

3 – Empréstimo bancário de médio e longo prazo, no valor de 6.055.000 € – alteração das cláusulas contratuais

Sr. Presidente da Mesa, pergunta à Sra. Presidente da Câmara se pretende aduzir alguns esclarecimentos à proposta.

Sra. Presidente da Câmara apresenta cumprimentos a todos os presentes fazendo uma saudação especial a todos os membros da Assembleia.

Tal como referiu no acto de tomada de posse estão à disposição da Assembleia, e de todos seus Membros, para o que for preciso e para prestar todos os esclarecimentos que forem necessários, fazendo votos de bom trabalho e de um bom mandato desejando que se reúnam



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

muitas vezes e que discutam muitos temas que serão contributos importantes para a vida dos munícipes e para a qualidade de vida no concelho.

Em relação à proposta em discussão pede desculpa ao Sr. Presidente da Mesa, e aos membros da Assembleia, por terem de iniciar os trabalhos com um tema tão específico e tão urgente. Justifica que a urgência tem a ver com o facto de estar em curso um empréstimo bancário, que já era do conhecimento da Assembleia, e que tem vindo a ser utilizado de forma regular como estava previsto.

Por força do desenvolvimento de algumas obras que se encontravam atrasadas, nomeadamente duas delas, foi detectado que o empréstimo não conseguiria desenvolver-se e ser mobilizado ao ritmo normal. Nessa altura, mês de Julho, foi levada uma proposta a reunião de Câmara no sentido de assumir o atraso de algumas obras e pedir que o empréstimo, que deveria ter terminado a sua utilização em 12 de Junho, pudesse ser prolongado até 12 de Dezembro de modo a contemplar as obras de realização de infra-estruturas na rua 5 de Outubro, em Quinta do Anjo, e o reforço de abastecimento de água a Pinhal Novo.

Na altura a Câmara decidiu aceitar este pedido de prorrogação por mais seis meses e consequentemente reajustou o valor do empréstimo. De imediato entraram em diálogo com o banco no sentido de rever as cláusulas contratuais e paralelamente remeteram o processo a Tribunal de Contas por estarem convictos de que não carecia de autorização da Assembleia Municipal.

Como o Tribunal só efectuou esta solicitação à Câmara depois da última Assembleia Municipal não houve condições de submeter o pedido de prorrogação noutra ocasião. Deste modo vem hoje a esta sessão o pedido de prorrogação do empréstimo por mais seis meses de modo a cobrir o desenvolvimento das obras já referidas e que estão em curso.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se algum membro tem questões a colocar.

Sr. Eng^o. Carlos Martins do PS apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Aproveita a oportunidade para se dirigir aos jornalistas, e demais elementos da comunicação social, que cumprimenta exortando a capacidade de inconformismo, a obrigação de escrutínio, o seu papel crítico e a procura da verdade para informar, esclarecer e formar. Pede para que incomodem mas não se acomodem.

Em relação ao ponto em discussão diz que este novo período de quatro anos começa muito mal. No dia cinco de Novembro de dois mil e nove recorda que em vinte e quatro de Janeiro de dois mil e sete se decidiu contrair um empréstimo de cerca de seis milhões de euros para realização de um conjunto de obras sem dúvida necessárias. Em catorze de Fevereiro de dois mil e sete as entidades bancárias apresentaram propostas e em doze de Junho de dois mil e sete o empréstimo foi visado. Em três de Junho de dois mil e nove, dois anos depois, solicitou-se a prorrogação do prazo de utilização de cerca de um milhão de euros.

Desta forma só se podem concluir duas questões:

- a primeira é que se confirma o péssimo ou mesmo a ausência de planeamento das obras. As obras de infra-estruturas da rua 5 de Outubro em Quinta do Anjo e o reforço de abastecimento



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

de água em Pinhal Novo são disso exemplo. Foram precisos dois anos para não se realizar uma obra de seiscentos mil euros e outra de oitocentos mil euros, mesmo de infra-estruturação. Por isso é o que o concelho tem atrasos ao nível das infra-estruturas, aliás até reconhecidas pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Poceirão. Existe ineficácia e atrasos que têm implicações na boa prestação de serviços que uma autarquia deve aos seus munícipes pelo que não vale a pena o Executivo refugiar-se nas dificuldades, nos imprevistos, nas vicissitudes, no desenvolvimento dos processos administrativos, mas nada desculpa a irresponsabilidade e a incompetência. Longe vai o tempo do fazer por fazer a qualquer custo, hoje exige-se muito mais como um maior rigor, mais disciplina no cumprimento de prazos, prestação de contas sérias e sobretudo respostas em tempo aos problemas das pessoas. Um atraso significa não considerar um munícipe, não considerar um cidadão e prosseguir uma política que no mínimo não é de esquerda. Dirigindo-se à Sra. Presidente diz que qualquer outra explicação de mau pagador são cantigas e as cantigas leva-as o vento.

- a segunda é o desrespeito pela Assembleia Municipal recentemente escolhida pelo povo, porque a proposta hoje apresentada foi discutida na reunião do Executivo em três de Julho passado. Pergunta porque razão não foi levada à sessão da Assembleia realizada após essa data. A Sra. Presidente acabou de afirmar que o caso não era urgente, mas a questão não é de Tribunal nem administrativa mas sim política não desprezável, há pouca consideração democrática pelo órgão cessante e pelo recém-eleito. Há uma prática política pouco saudável que não responde ao discurso de “fada encantada” exercido pela Sra. Presidente.

Não está em causa o conjunto de obras objecto do empréstimo realizado, mas sim o facto intolerável do empréstimo não ser utilizado em tempo útil e cada dia que passa é mais um dia a somar à longa e penosa espera dos quintajenses pelas obras da rua 5 de Outubro e dos pinhalnovenses que não vêem regularizado o abastecimento de água.

Acresce outra morosidade, dizendo sendo benevolente outra inoportunidade, porque hoje não é o tempo de ser considerada por esta Assembleia Municipal esta proposta porque esse tempo já passou. É hoje o tempo de mostrar o descontentamento com esta proposta, expressando assim a bancada do Partido Socialista o seu veemente protesto contra o modo como este Executivo inicia os novos quatro anos de funções e em que reitera os métodos de falta de qualidade, de planeamento e gestão do trabalho autárquico, a falta de rigor no cumprimento em tempo do serviço que deve aos munícipes e o desrespeito com que trata os órgãos eleitos pelas populações.

Termina dizendo que a bancada do Partido Socialista vai abster-se sobre o teor da proposta apresentada, mas única e simplesmente por solidariedade com o voto de abstenção manifestado pelos vereadores do Partido Socialista no mandato anterior.

Sr. Eng^o. José Charneira da CDU apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Em relação à expressão “pouca consideração pelo órgão” usada pelo Sr. Membro Carlos Martins na sua intervenção, trouxe-lhe à memória que os vereadores eleitos do Partido Socialista que não estiveram na última sessão extraordinária e não estão nesta sessão também têm pouca consideração por este órgão ou então acham que as sessões extraordinárias são de pouca valia, pouca importância e que não vale a pena assistir.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

Em relação à proposta em discussão a Sra. Presidente já teve oportunidade de dizer que a proposta só agora veio à Assembleia Municipal para dissipar quaisquer problemas futuros com o Tribunal de Contas uma vez que no entendimento da Câmara Municipal não seria necessária esta deliberação.

Contrariamente ao que foi afirmado a obra do Pinhal Novo não é para regularizar o abastecimento de água, que está regularizado bem como no resto do concelho, mas sim para reforçar o abastecimento de água e prever o futuro, Em relação a esta obra a Câmara Municipal esteve entre quatro a cinco meses à espera, tendo sido interrogada por várias vezes e o Tribunal de Contas esperava que os prazos estivessem a chegar ao fim para questionar novamente, sendo que a mesma pergunta chegou a ser repetida mais que uma vez. No fundo o atraso de seis meses tem a ver com as interpelações permanentes do Tribunal de Contas que não são a maior parte das vezes feitas de forma clara e até leva a crer que pretendem adiar um pouco as coisas. Quanto à rua 5 de Outubro, é uma obra que pega com outra que tinha a ver com o eixo norte/sul na Quinta do Anjo que está praticamente pronto, faltando terminar a rotunda norte da entrada da Quinta do Anjo, pelo que a metade da rua que falta fazer poderá já ser iniciada e concluída.

Esta proposta irá ter o apoio da CDU porque revela que a Câmara Municipal, quando no anterior mandato contraiu os empréstimos, foi para investimento e não para pagar despesas correntes.

Para terminar, e em relação à questão da abstenção nas últimas eleições, tem a dizer que até parece que os eleitos da CDU na Assembleia e na Câmara não foram eleitos com uma larga maioria. É evidente que houve muita abstenção, mas se a leitura fosse essa o Governo do Partido Socialista que também teve uma abstenção ainda maior teria menos legitimidade. Não põem em causa essa situação porque o Partido Socialista apesar de ter ganho em minoria tem que governar, e em Palmela é a mesma coisa apesar de terem ganho não em minoria mas com clara maioria, até nas Juntas de Freguesia à excepção de Marateca, reforçando a votação na Câmara o que levou à eleição de mais um vereador. Não vale a pena continuar a deitar culpas à abstenção e ao facto das pessoas estarem desinteressadas, porque as pessoas que estão interessadas, que querem votar e participar têm o direito e o dever, mas sobretudo o direito, de o fazer. São essas pessoas que constroem a democracia e que dão legitimidade à maioria que está aqui presente para governar e levar a bom porto um programa eleitoral com o qual se apresentou aos munícipes de Palmela e que nos próximos quatro anos irão outra vez continuar a pôr Palmela no seu sítio, lá em cima.

Sr. Engº. Fernando Nascimento do CDS/PP apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Em relação à proposta em discussão julga que deveria constar documentação relativa ao pedido do Tribunal de Contas e uma vez que se trata de uma alteração deveria estar disponível o teor da cláusula primeira e cláusula terceira do contrato inicial para se poder comparar as duas propostas.

Em relação aos prazos das obras é sua opinião que dois anos é demais, pelo que pergunta à Sra. Presidente se eventualmente neste atraso não terá a administração central



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

alguma culpa uma vez que teria que se pronunciar em relação a algumas questões da obra de reforço de abastecimento de água a Pinhal Novo.

Termina dizendo que não sabe o que se passa com “pára-quadistas” do Partido Socialista que foram eleitos, que se calhar à noite não têm sinalética da existência de Palmela e eventualmente podem ter aterrado noutra sítio. Gostaria de os ver nesta Assembleia e é pena terem sido eleitos e não estarem presentes.

Sr. Eng^o. José Braz Pinto do PS, diz que gostaria de ver um bocado mais de respeito nesta Assembleia.

Em relação á última intervenção diz que os adjectivos para classificar os pares e as pessoas que estão, ou deveriam estar, na sala são um perfeito desrespeito. Começando por chamar “pára-quadistas” um ao outro não sabe como vai terminar a sessão e que nomes se chamarão no final de mandato.

Quanto à interpretação do Sr. Membro José Charneira em relação ao “desrespeito” dos vereadores do Partido Socialista acha que é um pouco abusivo porque não sabe as razões que os levaram a não estar presentes. Em sua opinião é muito mau estar a tecer considerações sem as pessoas estarem presentes e poderem justificar-se.

Quando se fala em “desrespeito” em relação à apresentação da proposta tem a ver com o facto inusitado da proposta ser aprovada por executivo, estando na altura em funcionamento uma Assembleia com uma determinada composição, e agora vem ser ratificada por uma Assembleia com uma composição totalmente diferente.

O Sr. Membro José Charneira, ex-vereador, tentou justificar algumas coisas que são injustificáveis e veio dizer que a rua 5 de Outubro em Quinta do Anjo estava meio feita. É do conhecimento de ambos que a obra desta rua não teve andamento porque as negociações que estavam a ser feitas não tiveram o resultado desejado, apesar dos alertas feitos pelos vereadores do Partido Socialista. Se houve ineficácia foi ineficácia efectiva do executivo que não soube conduzir o processo como deveria ser.

Termina dizendo que é verdade que as obras demoram, que as populações ficam prejudicadas, e quando se contrai um empréstimo que não é utilizado a seguir só pode ter uma justificação que é ineficácia. É exactamente por isso que o Partido Socialista tomou a decisão de se abster na votação.

Sr. Dr. Arnaldo Pata do BE saúda todos os presentes.

Gostaria de colocar três questões à Sra. Presidente da Câmara em relação à proposta que está em discussão:

- porque é que não se conseguiram cumprir os prazos previstas para o término das duas obras;
- se a Câmara consegue dar garantias que as obras vão terminar;
- se isso não acontecer quais serão as consequências que possam advir desse facto.

Em relação às quezílias havidas na discussão deste ponto diz que o Bloco de Esquerda não se sente desrespeitado pela forma como a Câmara tratou o assunto e por isso não subscreve



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

a posição do Partido Socialista. Em sua opinião este partido está a desrespeitar cerca de sessenta por cento da população portuguesa que não votou no PS nas eleições sendo que o programa do Governo é que desrespeita esse grupo maioritário de portugueses.

Sr. José Cardoso do PSD apresenta cumprimentos a todos os presentes,

Diz que estava convencido que o tipo de discussão que se tem assistido hoje nesta Assembleia já não se fazia e que os eleitos vinham tentar defender os melhores interesses da população.

Por esse facto as reivindicações que fará nesta Assembleia serão no sentido de se fazer mais obras, criar melhores condições de vida às pessoas que vivem e têm a sua actividade profissional neste concelho.

Aprovará, sempre, qualquer financiamento para obras com o compromisso de tentar fiscalizar que é essa a obrigação deste órgão do município. Por aquilo que vê no concelho, os membros da Assembleia têm muito trabalho a fazer, mas não este tipo de discussão. Pessoalmente não se sente bem a discutir o carácter quer da Câmara quer dos colegas da Assembleia Municipal.

Já disse, e repete, que qualquer eleito tentará fazer o melhor que sabe, cabendo às oposições tentar apresentar alternativas credíveis.

Acompanhou o trabalho dos anteriores executivos ao longo de oito anos, assistiu a muitas reuniões de Câmara, assistiu a muita obra no terreno, falou com muitos funcionários da Câmara e concluiu que há muita coisa a corrigir, mas não tem dúvidas nenhuma que a Câmara de Palmela é das melhores Câmaras do país.

Termina pedindo aos colegas da Assembleia que, neste órgão, tentem resolver os problemas das populações e ao mesmo tempo que se respeitem mutuamente.

Sr. Dr. Valentim Pinto da CDU apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Subscreve por inteiro a intervenção do Sr. Membro José Cardoso e diria que quem começou mal foi mesmo o Partido Socialista. De uma forma inusitadamente crispada a revelar o recalamento de alguém que não sabe perder as eleições, e quer na forma como no conteúdo esta primeira intervenção foi desastrosa do Partido Socialista pela voz dos Srs. Membros Carlos Martins e José Braz Pinto.

Em relação ao conteúdo já foi explicado pelo seu colega de bancada José Charneira que o atraso de cerca de seis meses foi do Tribunal de Contas e também porque existe uma empresa que em nada abona, como muitas empresas deste país nas mais variadas facetas, do ponto de vista ético que é a Pelicano. Esta empresa teve uma grande responsabilidade no atraso de mais de meio ano do eixo norte/sul e que era uma condição para que a rua 5 de Outubro fosse concluída. Neste momento esta empresa tem uma providência cautelar dos proprietários pela política imperial que a mesma prossegue. A Câmara tratou esta questão com a delicadeza, mas também com a firmeza, que as circunstâncias o permitiam e aconselhavam.

Quanto à forma a intervenção do Sr. Membro Carlos Martins, em sua opinião, roçou quase a grosseria ao dizer que a Sra. Presidente parecia uma “fada encantada”. Já há muito tempo que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

não ouvia nesta Assembleia uma tão grande falta de respeito e até falta de qualidade. Intervenções deste tipo é que desprestigiam este órgão e é muito feia esta forma de falar.

Sr. Dr. Francisco Piteira Santos do CDS/PP apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Relativamente a algumas afirmações que foram trazidas à colação nomeadamente pelo Sr. Membro José Charneira ao dizer que têm maioria absoluta, gostaria de salientar que é evidente que a têm, mas este órgão deve ser dignificado e não subalternizado. Chama também a atenção que a maioria o é por minoria, ou seja foram eleitos por dez mil seiscentos e cinquenta votos enquanto a oposição tem onze mil cento e trinta e seis votos. Se o sistema eleitoral lhes permite ter a maioria está correcto, mas o respeito tem que existir porque respeitam e querem ser respeitados.

Quanto à proposta apresentada diz que o documento tem algumas carências técnicas o que pode levantar algumas dúvidas. No que diz respeito à infra-estrutura da rua 5 de Outubro quando é dito que está em curso e que são necessários oitocentos mil euros e que irão acabar com oitocentos mil euros enquanto a outra obra que seria de seiscentos mil euros tem um diferencial de cinquenta e dois mil euros. Pergunta se farão futurologia ou se serão honestos com esta questão uma vez que o que está em causa é um documento técnico e não questões políticas.

Tem ainda a dizer que quando se põem vírgulas e pontos e quando há o pormenor de colocar o cêntimo este também é zero zero e não só noventa e dois cêntimos.

Gostaria que houvesse um maior rigor técnico nos documentos que são apresentados e não é só dizer que têm maioria e fazem o que querem e o que lhes apetece.

Termina dizendo que como se trata dum processo em curso e o que está em causa são as populações, que não podem ser prejudicadas com querelas politiqueras, irão abster-se na votação esperando que no futuro estas questões sejam tratadas doutra forma e com maior rigor.

Sr. Engº. Carlos Martins do PS, refere que a questão central em discussão não é a retórica nem a forma como as bancadas fazem as intervenções, mas sim os atrasos, a ineficácia e a falta de planeamento de duas obras que por motivos não explicados ou não suficientemente detalhados, não serviram convenientemente as populações. Não vale a pena alguns membros da Assembleia dizerem que estão a favor das populações quando o que está em causa é o seu desfavorecimento pelo mau funcionamento de duas obras. É do conhecimento de todos, os problemas que as empresas têm e o processo burocrático das obras, por isso mesmo é que se deve planear bem para servir melhor as populações, mas o que está em causa é que com estes atrasos as populações estão a sofrer. Não estão a discutir querelas partidárias, nem sequer o programa do Governo, o que é completamente descabido pelo que a bancada do PS não dará esse benefício. Tudo o resto como já disse são “contos de fadas”, são desculpas com o Tribunal de Contas, mas o que é efectivo é que o processo foi mal planeado e as coisas não correram bem. Termina a sua intervenção dizendo que à postura da bancada do Partido Socialista se chama humildade democrática, porque ao criticar-se o que foi mal feito aconselha-se a Câmara Municipal a fazer melhor no futuro.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

Sr. Presidente da Mesa, dá palavra à Sra. Presidente da Câmara para uma última intervenção.

Sra. Presidente da Câmara, diz não ser seu hábito gastar demasiados verbos e adjectivos em situações que são desnecessárias e inúteis ao contrário de alguns dos Srs. Membros da Assembleia Municipal. Não pode deixar passar o caso concreto de quando as suas palavras são classificadas como palavras de “fada encantada”. Até podia agradecer os termos utilizados noutra contexto, mas não está nem a falar para crianças, nem a brincar com ninguém, nem a contar histórias, pelo que agradece que as suas palavras não sejam retiradas do rigoroso contexto em que são utilizadas e muito menos adjectivadas.

Em relação aos factos em concreto gostaria de sublinhar que o período que está em causa, de acordo com a proposta, é que o prazo de utilização do empréstimo era inicialmente de vinte e quatro meses e que actualmente com a prorrogação solicitada passa a ser de trinta meses. Pode-se falar de grandes dificuldades de planeamento e de grande défice de planeamento mas está a falar-se de um empréstimo de vinte e quatro meses relativamente ao qual se pede uma prorrogação de seis meses. Seis meses para um conjunto de obras que deveriam desenvolver-se durante dois anos, parece-lhe qualquer coisa de muito pouco relevante mesmo que ao planeamento e à capacidade de realizar obras se quisessem fazer críticas. Em concreto está-se a falar de derrapagem de duas obras num conjunto muito mais vasto de obras com grande peso financeiro. Em sua opinião adjectivar esta derrapagem como uma falta de responsabilidade e de respeito parece-lhe ser demais.

Os motivos para o atraso das obras são três, sendo que dois dele são muito mais substantivos. No início da obra da rua 5 de Outubro houve a obrigação de consultar o domínio hídrico, a EDP e as Estradas de Portugal. Em todos os casos, nomeadamente Estradas de Portugal e domínio hídrico, houve demoras. Só que os dois grandes tempos perdidos não foram estes, mas sim atrasos significativos na elaboração do projecto que teve que ser alterado e rectificado, no caso da remodelação do sistema de água a Pinhal Novo, e também o contencioso entre a Câmara Municipal e a empresa Pelicano que era responsável pela execução da obra da rua 5 de Outubro. Tendo em conta a razão dos atrasos que foram referidos e a derrapagem ser de seis meses parece-lhe pouco significativo.

Por fim gostaria de sublinhar que o Tribunal de Contas demorou meses para responder ao visto e numa atitude que para a Câmara Municipal é discutível, e que aliás a qualquer momento estariam dispostos a contestar mas não o fizeram nem o farão porque não querem correr o risco de continuar a atrasar o processo, solicitam a autorização da Assembleia Municipal. Para a Câmara Municipal, do ponto de vista jurídico, é convicção profunda que não é necessário pedir autorização à Assembleia Municipal. Como vem referido no contrato é a Câmara Municipal que aprecia as cláusulas contratuais do empréstimo, pelo que também é à Câmara Municipal que cabe alterá-las. O Tribunal de Contas solicitou a autorização da Assembleia Municipal e a Câmara não quis discutir com o Tribunal porque se quisesse fazer jurisprudência iria discutir e estão convencidos que ganhavam. O Tribunal solicitou a autorização em 23 de Setembro e a última Assembleia Municipal teve lugar a 17 de Setembro. Mesmo para solicitar ao Sr. Presidente da Assembleia a convocação de uma sessão extraordinária com carácter de urgência estariam em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

campanha eleitoral. Se os Srs. Membros da Assembleia acham isso mais importante e mais respeitador do exercício democrático e da vivência democrática na Assembleia, pessoalmente parece-lhe que não.

Em relação à questão de prejudicar as populações diz que não estão a lesar ninguém uma vez que, no caso da obra do reforço de abastecimento de água a Pinhal Novo, se trata duma obra que vai produzir efeito sobretudo nos novos loteamentos que estão a ser desenvolvidos e não há nada em situação crítica por causa do atraso.

Na opinião da Câmara Municipal não há nenhuma falta de respeito, nem de rigor nem de transparência.

Quanto às questões mais técnicas que foram colocadas gostaria de referir que o valor dos oitocentos mil euros para as infra-estruturas da rua 5 de Outubro é exactamente esse apesar da obra ser mais cara. Os valores para a obra de Pinhal Novo também são os que estão referidos e que irão ser mobilizados do empréstimo. Termina informando que para alguma falta de rigor técnico os técnicos da Câmara Municipal estarão à disposição para esclarecer os Srs. Membros da Assembleia.

Não havendo mais intervenções o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a proposta à votação tendo sido aprovada, por maioria, com 17 votos a favor (15 da CDU, 1 do PSD e 1 do BE) e 8 abstenções (6 do PS e 2 do CDS/PP). Aprovado em minuta.

Não havendo mais assuntos a tratar, deu-se por encerrada a sessão cerca das 22,20 horas, tendo sido lavrada a presente acta que eu Maria Antonieta Serrano Alves Sobral, redigi e subscrevi.

Palmela, 05 de Novembro de 2009